

O império em agonia: momentos finais no Recife em São Paulo.

Fábio Maurício Salvari
Universidade Católica de Pernambuco
Mestrando em História Profissional – Unicap-PE
fsalvari@hotmail.com

AS ARMAS

A'S ARMAS , REPUBLICANOS !
A'S ARMAS , CONTRA A CORÔA !
DE TAMBORES , DE CORNETAS ,
TREMENDO REBATE SÔA !
A'S ARMAS, REPUBLICANOS !
A'S ARMAS, CONTRA A CORÂ !
.
NA TERRA DA LIVRE AMÉRICA
NÓS LIVRES QUEREMOS SER!
A VIVER NA ESCRAVIDÃO
PREFIREMOS MORRER !
NA TERRA DA LIVRE AMÉRICA
NÓS LIVRES QUEREMOS SER !
.
ABATA-SE O TRONO INFAME,
O TRONO VIL DE BRAGANÇA!
CONTRA OS BANDIDOS C'ROADOS
AVANÇA, BRASIL, AVANÇA !
ABATA-SE O TRONO INFAME,
O TRONO VIL DE BRAGANÇA !
.
ABAIXO ISABEL PRIMEIRA !
ABAIXO PEDRO SEGUNDO !
QUE SOMOS POVO DE BRAVOS
MOSTREMOS BRAVOS AO MUNDO !
ABAIXO ISABEL PRIMEIRA !
ABAIXO PEDRO SEGUNDO !
.
O NEGRO JÁ 'STA LIBERTO !
LIBERTE-SE AGORA O BRANCO !
RETUMBE DE SUL A NORTE !
O NEGRO JÁ 'STA LIBERTO
LIBERTE-SE AGORA O BRANCO !
.
A'S ARMAS , REPUBLICANOS !
A'S ARMAS , REPUBLICANOS !
DE TAMBORES, DE CORNETAS,
TREMENDO REBATE SOA !
A'S ARMAS REPUBLICANOS !
A'S ARMAS CONTRA A CÔROA !
TYRTAIOS. [1]

[1] Jornal: O Clarim. Mensagem do Clube Republicano. Acadêmico ao denodado propugnador de nossa liberdade política Dr. Antônio da Silva Jardim em sua chegada ao Recife, centenário da Revolução Francesa. Recife, 16/06/1889. Arquivo do Estado de Pernambuco, Império do Brasil, 465 – Setor Hemeroteca

O tema surgiu da inquietação vivenciada durante a execução do projeto de pesquisa para o término do curso de graduação em História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC-SP. A pesquisa tratava, na época, da atuação da Polícia no ano de 1889, período do início da Gabinete do Visconde de Ouro Preto, em 06 de junho, até a proclamação da República em 1889.

As fontes utilizadas foram os boletins de ocorrência do Estado de São Paulo e de Pernambuco e jornais do período pesquisados na Hemeroteca de Pernambuco. Consciente de que a história é uma sucessão de episódios em que os atores em conflito avaliam as possibilidades de "sucesso" ou "fracasso", ou seja, a "ação individual é a unidade elementar da vida social. Os fenômenos sociais resultam da ação e da interação entre os indivíduos" (Elster, 1998, p. 7), partindo desse pressuposto busquei encaminhar a pesquisa para a comparação entre o Estado de São Paulo e Pernambuco, no que se refere aos enfrentamentos políticos entre republicanos, liberais e conservadores, nos cinco últimos meses do império de D. Pedro II.

Entretido com as fontes e naquele ambiente da hemeroteca em Recife, pesquisando avidamente os jornais de época, deparei-me com as estrofes de um jornal republicano chamado "*O Clarim"* em que fazia referência a chegada de Silva Jardim em Pernambuco, às vésperas do centenário da Revolução Francesa. Os versos eram explosivos e conclamavam os republicanos às armas. Fiquei entusiasmado com as possibilidades de pesquisa que poderiam surgir a partir daqueles versos. Como historiador, como entusiasta desse momento histórico, esses versos ficaram ecoando mais pelo não dito do que aquilo que estava explicito.

As frases: "*O negro já está liberto! Liberte-se agora o Branco*! Fez surgir várias questões: Qual era a prisão em que o branco estava submetido? A república era para todos ou para os brancos? Qual seria a participação da população no processo? Por que a república ainda não tinha sido proclamada? Quais os grupos beneficiados pela proclamação da república?

É interessante salientar que a interação entre os indivíduos e as instituições podem ser analisadas com o intuito de se buscar explicações sobre a intencionalidade e as estratégias utilizadas pelos vários segmentos sociais para efetuar mudanças ou resistir as mudanças, nesse sentido a história é importante para se compreender esse processo.

Segundo Certeau, na operação historiográfica em que discorre sobre a atividade do historiador e o seu lugar no produzir a história permite-nos inferir que "toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural".(Certeau, 1982, p. 66.)

Para Elster, "as ciências sociais, como as outras ciências empíricas, tentam explicar dois tipos de fenômenos: eventos e fatos." (Elster,1994, p. 17 -20) Assim sendo, o ato de explicar um evento consiste em fazer um relato de por que e como aconteceu, enquanto que um fato é um "instânâneo temporal de uma torrente de eventos, ou uma pilha de tais instantâneos."(Elster, 1994, pág. 17)

Ao estudar os boletins de ocorrência, em São Paulo, havia um clima tenso, entre Republicanos, Conservadores e Liberais. Os embates políticos eram tão intensos que levaram a enfrentamentos em que a violência física não fora descartada. Em alguns casos, apenas a presença de um líder republicano, liberal ou conservador em um ambiente político dominado por uma das correntes era o suficiente para suscitar o ódio e levar os opositores as vias de fato. Nesse sentido, podemos comparar com a nossa realidade, haja vista, que em pleno século XXI, as disputas políticas polarizadas inspiram os desejos mais recônditos de exclusão e de aversão ao pensamento contrário.

Em um relatório da polícia no início de agosto de 1889, endereçada ao presidente da Província, refere-se a visita de Campos Salles a freguesia de Porto Ferreira, Província de São Paulo. Campos Salles é descrito como um propagandista dos ideais republicanos. O subdelegado local foi questionado pelo jornal "O Sentinela da Monarquia" por sua "conversão republicana", pois trocou idéias políticas com Salles, contrariando seu juramento a monarquia. A visita de Campos Salles gerou muito desconforto entre os conservadores e os liberais, mas, segundo o relato do Delegado, ao encaminhar as justificativas do subdelegado local, as diferenças foram deixadas de lado devido ao "comportamento amistoso" do republicano Campos Salles. Veja o trecho do relatório

> "(…) Acrescenta o acusado que a dita notícia não passa de fruto da imaginação de quem quer tenha interesse em intrigá-lo com seus superiores e com o partido político a que pertence e que não é capaz de faltar respeito devido às leis do império. É o que posso informar a V. Exª." [2]

[2] APESP - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. CX 271 ORDEM 2706, ANO 1889.

É importante notar que existe uma preocupação com as leis vigentes, ou seja, para não incorrer no crime de lesa-majestade, demonstrando que o subdelegado local está afinado com os ideais do império. No entanto, um pouco mais adiante nesse mesmo relatório trás algo que não está dito explicitamente, mas deixa algumas interrogações,

> "(…) nada mais sabido de outra fonte. Parece-me, porém, que a notícia não pode ser verdadeira ao menos em parte, Estou persuadido de que ao dirigir-se ao propagandista republicano, o cidadão subdelegado de Porto Ferreira tivesse a necessidade de explicar sua presença na reunião em que se tratara de render homenagem ao conhecido tribuno**."**[3]

Em face do que foi apresentado pelo relatório podemos levantar algumas questões: O Subdelegado realmente era um monarquista convicto? Será que o jornal *O Sentinela da Monarquia* estava certo ou era apenas uma notícia plantada para prejudicar o Subdelegado? Quais eram as ligações políticas do Delegado e do Subdelegado? Os republicanos utilizavam o termo cidadão com frequência e o delegado utiliza-o para se referir ao subdelegado. Esse fato pode explicar o "malabarismo" feito pelo delegado para livrar o subdelegado de uma repreensão mais severa. Cabe aí uma investigação mais aprofundada que poderá ser desenvolvida futuramente.

O governo de D. Pedro II era politicamente praticado a partir de um sutil equilíbrio de forças entre conservadores e liberais graças a um modelo de parlamentarismo "adequado aos trópicos", ficando conhecido como Parlamentarismo às avessas. Nesse modelo, o primeiro ministro embora tivesse poder ficava a mercê dos desígnios do imperador que tinha a palavra final.

A partir da Convenção de Itú, em 1873, o Partido Republicano Paulista entra em cena trazendo consigo outras províncias para sua proposta republicana. O governo imperial passou a conviver com uma "sombra" republicana que tinha por objetivo a derrocada do poder constituído. Embora D. Pedro II soubesse das intenções dos republicanos paulistas, pouco poderia fazer, haja vista que boa parte das exportações brasileiras estava concentrada na região sudeste, por causa do café. Muitos fazendeiros de café aderiram à cartilha republicana.

Como as ideias republicanas passaram a ser vistas pelo governo? A quem interessava a República? A população de alguma forma participou do processo? O gabinete de Visconde de Ouro contribuiu para a derrocada da monarquia? A República era inevitável? Na verdade, tínhamos mais perguntas do que respostas.

---

[3] APESP – Arquivo Público de São Paulo. CX 271 ORDEM 2706, ANO 1889.

Ao fazer um comparativo entre São Paulo e Pernambuco em relação aos jornais e aos boletins de ocorrência, faz-se necessário, pois as fontes nos levam a inferir que a "intensidade" registrada em São Paulo, não foi da mesma forma ocorrida em Recife. O "fervor" republicano, capaz de levar adversários às últimas conseqüências, pelo menos naquele momento, não ocorrera em Pernambuco. A falta de ocorrências sérias nos registros policiais e nos jornais pode nos fazer ter a "falsa" impressão de que em Recife havia uma "calmaria", sem embates políticos. Na verdade, os membros da elite pernambucana tinham suas afinidades políticas e pertenciam aos mesmos grupos que circulam pelas altas rodas da sociedade pernambucana.

O Jornal "*O Combate*" faz um relato sobre a passagem do notável republicano Silva Jardim pelo Recife e interior pernambucano em cidades como Timbáuba, Nazareth, Goiana, Palmares, Escada, Limoeiro, Pesqueira, Garanhuns sem maiores incidentes. É interessante notar que, segundo o jornal,

> "Aportaram às plagas pernambucanas, no dia 18, os Srs. Conde D'Eu e Dr. Silva Jardim, representante das tradições monárquicas, e o propagandista do novo regime político. Ambos foram bem recebidos, notando-se que na recepção do primeiro, predominava o elemento oficial e na do segundo o elemento popular. O conde felizmente já se foi, Silva Jardim felizmente ainda se acha na provincial, onde tem recebido as maiores e mais solenes manifestações de apreço, simpatia e adesão." [4]

No que se refere à participação popular no evento republicano é um tema recorrente e amplamente debatido autores como José Murilo de Carvalho em *Os bestializados : o Rio de Janeiro e a República que não foi*, deu uma enorme contribuição a essa discussão. No jornal "*O Combate"* quando se exalta a figura do "elemento popular" fica a pergunta: Quem é esse elemento popular? Quem são os parceiros políticos, ou seja, os correligionários ou a grande massa?

Pode-se perceber que a elite pernambucana fez uma escolha racional, pois, agiu estrategicamente, haja vista que as experiências republicanas anteriores, tais como a Revolução Pernambucana, a Confederação do Equador e a Revolução Praieira trouxeram uma série de prejuízos para a Pernambuco, como perda significativa do território, perseguições políticas, por isso, as condições objetivas mudaram, podendo-se desta forma reconfigurar os desejos de mudança e os mecanismos de ação para tal mudança.

Ao analisarmos os jornais do período constatamos uma mensagem contida no Jornal "*A Nação"*, órgão conservador que nos intrigou ao expor a República como algo já

[4] Hemeroteca de Pernambuco, Jornal O Combate, Ano 1, nº1, Recife, 06/07/1889.

consumado antes mesmo da proclamação em 15 de novembro. Isso ficou evidenciado no trecho abaixo quando "*A Nação*" explicitava que:

> O Presidente do conselho se impressionou tanto com a ameaça da república, que não pode ocultar ao chefe do estado e ao parlamento a sua inquietação sobre os riscos das instituições. Sem querer, talvez, o gabinete reconheceu o poder da anunciada república, deu-lhe o direito de cidade e pôs a sua vida dependente do insucesso da nova seita. Mas porque modo pretende o gabinete destruir a república que de amor platônico se ostenta como partido organizado?
> Todos os dias publicam, do que faz alarde o ministério, conversões repentinas de republicanos de ontem para liberais de hoje. A república não regateia ao gabinete elogios e nela põe tal confiança, que sem constrangimento solicita a sua eficaz intervenção, para que se celebrem as suas festas em perfeita concórdia e não sejam interrompidos os hurrarhs da democracia pelos vivas importunos a monarquia!
> Debelar a república!
> Nunca vimos tão animada e ufana de sua autoridade. Mostra-se disposta a fazer concessões e propõe ajustes sobre a duração da monarquia, tolerando o Imperador filosofo e recusando peremptoriamente o placet à sucessão constitucional do trono.[5]

A escolha racional nos impele a focar o resultado, forçando-nos a perceber o que é melhor, necessitando para isso avaliar a situação e verificar as possibilidades de êxito. É claro, que essa escolha pode fracassar. A tendência em acreditarmos que os fatos são como gostaríamos que fossem *wishful thinking* (Elster, 1994, pag.55), assim sendo, a "melhor" maneira de cometermos um erro histórico, ou seja, um anacronismo é nos afastarmos das fontes e do contexto em que a fonte nos foi "oferecida".

O historiador deve interpretar suas fontes buscando compreender o dito e o não dito. É interessante salientar que muitas vezes o que está "oculto" na fonte pode desobstruir fatos encobertos por conceitos ou preconceitos já consolidados, segundo Farge, " o arquivo é uma brecha no tecidos dos dias, a visão retraída de um fato inesperado." (Farge, 2009, p. 14)

Segundo o jornal, a república já estava anunciada, só era uma questão tempo. O reconhecimento do governo era algo a salutar. O governo, "aceita" a confiança dos republicanos.

Em Recife, a transição política nesse contexto, segundo as fontes parece mais "tranquila" em relação a São Paulo. As possibilidades interpretativas recaem nos grupos políticos. Será que esses grupos políticos estavam conscientes de que a ordem seria alterada de qualquer jeito, nesse sentido, " a esperança reside em aprender com a experiência" (Elster, 1994. pag. 66). O desgaste político ocasionado pelo histórico de lutas republicanas em Pernambuco afastou a irracionalidade destes grupos que passaram a agir com mais cautela.

---

[5] Jornal: A Nação, Orgão Conservador, 22 de Julho de 1.889.N.º 01 Arquivo Público do Estado de Pernambuco.

Outra questão importante reside no fato que a mudança da ordem política não alteraria a estrutura econômica, por isso, nos leva a inferir que essa "calmaria" pernambucana é fruto de uma realidade consolidada.

A evolução institucional ou sequência de determinados eventos importam para certas tomadas de decisão. A tentativa de adaptação de determinados elementos trabalhados pelo evolucionismo podem ser trazidos para a análise das instituições pernambucanas. É interessante notar que o evolucionismo e a capacidade de se adequar e se adaptar a determinadas circunstâncias, nesse sentido, a ideia de que aquele que se adapta melhor consegue sobreviver a nova realidade, por isso, a elite pernambucana consciente de seu poder econômico e político estavam "tranqüila" em relação aos rumos do império.

Outro fator importante é que os grupos dominantes exerciam forte influência sobre a polícia, sobre a imprensa, por isso, a falta de registros que aponte para as lutas políticas nos bastidores do poder.

A "adaptação" ou "adequação" dos republicanos pernambucanos, mais precisamente recifenses, ao novo gabinete ministerial de Visconde de Ouro Preto foi uma escolha racional? Essa é uma pergunta importante, haja vista que muitos "vislumbravam" a derrocada do governo de D. Pedro II como algo natural.

O ano de 1889 pode ser considerado um marco na história do Brasil, haja vista que marca a passagem de um modelo de governo monarquista para um modelo republicano. Embora não tenha a participação popular nesse evento é um rompimento de paradigma. Para a maior parte da população brasileira sua situação econômica com a nova ordem não foi alterada.

Os ânimos, em 1889, estavam exaltados em várias províncias. Os republicanos desejosos de uma ruptura no sistema político faziam uma série de campanhas pelo país. As comemorações do centenário da Revolução Francesa estimulavam questionamentos em relação ao poder de D. Pedro II.

Em Pernambuco, desde a Revolução de 1817, alimentava-se uma enorme desconfiança em relação a monarquia. Contudo, o republicanismo não era uma unanimidade, Joaquim Nabuco, por exemplo, era um monarquista declarado. O republicano Silva Jardim passou pelo Recife em junho de 1889, trazendo em sua "bagagem" além de objetos pessoais, ideias republicanas para um novo governo que substituísse a monarquia. O "fantasma" do terceiro reinado rondava a política brasileira, deixando monarquistas ansiosos e republicanos apreensivos. No jornal, *O Clarim*, publicado em julho de 1889, não deixa dúvidas sobre essa situação,

> convencido de que no Sul não consegue absolutamente plantar a ideia funesta de um terceiro reinado , eis o que o audaz e pretensioso Orleans resolve fazer uma excursão ao Norte do Império.Pensará, essa ridícula figura de Tartarim, que nós admitiremos a realização de suas egoísticas , imorais e mentirosas idéias ?Julgará, por ventura , esse desmoralizado príncipe que nós não temos brios ?[6]

Diante do exposto pelo jornal podemos perceber que havia um receio de que o desejo do Conde D'Eu pudesse se tornar uma realidade. A princesa Isabel, ao abolir a escravidão, sem indenizar os proprietários de escravos por suas "perdas" financeiras, acabou abrindo uma fenda nas relações entre os setores mais conservadores da política nacional, isolando a coroa politicamente, permitindo o fortalecimento do movimento republicano.

> "No Pará, no Maranhão, no Ceará e em outras províncias do Norte (…) Por toda a parte, grande número de conservadores vendo falseados os princípios deste grande partido, e descrentes de sua regeneração , alistou-se nas fileiras republicanas. (…) Chamado aos conselhos da coroa, quando o país se achava em um estado melindroso, o Sr. Conselheiro João Alfredo, seduzido pelo falso brilho de uma glória efêmera e supondo talvez que a sua custa poderia manter indefinidamente no poder, não trepidou em efetuar a reforma súbita e radical da instituição servil, sem cuidar da reparação do enorme dano causado a lavoura, nem acautelar a sorte futura da importante classe que a representa." [7]

O Jornal acima demonstra à ira dos conservadores que perderam seus escravos após a abolição da escravidão. Os "republicanos da abolição" se espalharam pelo país engrossando o coro pelo fim da monarquia. Assim sendo, "por mais que a monarquia premiasse os proprietários rurais com títulos de baronato e alegasse o caráter inevitável da medida, a falta de indenização selava o rompimento com o Estado*"* (Schwarcz,1998, p. 438). O imperador perdeu sua frágil base política que estava calcada em um modelo sustentado pela escravidão e o grande latifúndio.

A república poderia garantir aos "republicanos da abolição" uma nova perspectiva de ganhos políticos e econômicos. A monarquia não serviria mais a seus interesses. A república ou *res publica* não seria apenas substituição do regime monárquico pelo republicano, visando o "bem estar" de todos os grupos sociais. A população empobrecida ficava a mercê dos interesses de uma elite política e econômica, vivendo à margem da sociedade. A república seria implantada pela via prussiana, "de cima para baixo", sem a participação popular. Nesse sentido,

---

[6] Jornal: O Clarim. Recife, 16/06/1889. Arquivo do Estado de Pernambuco, Império do Brasil, 465 – Setor Hemeroteca

[7] Arquivo Biblioteca Nacional – RJ. Jornal A EPHOCA, Órgão Conservador , pasta 09, 20/08/1889

> "no Estado brasileiro os postulados democráticos se afirmam no plano do discurso e da teoria, principalmente: a prática política parece estar mais próxima do modelo republicano clássico-romano, voltada para os interesses privados de uma elite econômica e burocrática, que ignoram a grande massa de excluídos, aviltados nos seus direitos de participação política efetiva e de igualdade de oportunidades." (Machado, 1995, p. 7-15)

O Diário de Pernambuco expôs no dia 02 de junho, o clima insustentável para o gabinete de João Alfredo. Os "antigos" senhores de escravos exigiam do governo indenização pelas "perdas" com a Lei Áurea. A crise instaurada no início de junho culminaria com a queda dos conservadores. É oportuno relatarmos que o "articulista político" do jornal Diário de Pernambuco se posicionou contrário a possibilidade de indenização,

> " Triste país, pátria tristíssima onde há homens, os rancorosos senhores de eito, que depois do 13 de maio que não resgatou simplesmente o negro, mas todos os brasileiros de um estigma infamante, pensam ainda em chamar os credores da Lei Áurea para o pagamento da mercadoria humana".[8]

Ao observarmos a fonte, percebemos certa "sensibilidade" em relação a situação dos negros, pois afirma que o negro não foi resgatado, todavia, ficamos à mercê de nossas interpretações e corremos o risco de cometermos um anacronismo ao inferirmos que o autor do texto fala em cidadania estendida aos negros ou da falta dela. Outra questão pertinente passa por compreender se essa observação do autor é um fato isolado ou tem outros indivíduos que pensam da mesma forma.

O embate político que levaria à queda do gabinete conservador de João Alfredo. Ao ser consultado, sobre a possibilidade de assumir o governo, o conselheiro José Antônio Saraiva declinou do convite, restando a indicação para ministro, Visconde de Ouro Preto, assumindo em 06 de junho.

A historiografia brasileira aponta para quatro fatores ou questões que levariam a queda do regime monárquico, são eles: a questão abolicionista, a questão religiosa, a questão militar e o movimento republicano (Lopes- Mota, 2012, p. 520-548). Todos esses fatores, desenvolveram-se após o maior conflito do hemisfério sul, a Guerra do Paraguai. Essa guerra poderíamos dizer que foi um "marco divisor" na política brasileira. Antes do conflito D. Pedro II conseguiu apaziguar os ânimos entre liberais e conservadores, mas, depois com a crise política e econômica que se instaurou D. Pedro II só perdeu suas bases políticas até a Proclamação da República no dia 15 de Novembro.

Segundo Arlete Farge, "o arquivo não escreve páginas de história" essa tarefa cabe ao historiador que interpreta as fontes, substanciado pelas ferramentas metodológicas próprias do historiador. No periódico, "*O Combate"*, aponta para um cenário adverso a monarquia, como podemos observar, "já é uma realidade no sul do império o apostolado da República. De todos os pontos

[8] Diário de Pernambuco, 02/06/1889. Arquivo Público do Estado de Pernambuco.

elevam-se ovações e adesões espontâneas que são feitas por causa da liberdade, que tende a emancipar o Brasil de uma tutela e odiosa".[9]

Será que essa tutela era tão odiosa perante grande parte da população, segundo Lilia Schwarcz, embora uma parcela da elite tentasse destruir a imagem de D. Pedro II, para a "população negra a monarquia, continuava estranhamente a representar, mesmo que metaforicamente, a libertação"(Schwarcz,1998, p. 469).

A família real estava associada a "liberdade concedida" aos negros, sentimento que seria difícil de ter em relação à república, haja vista que foi um movimento organizado e colocado em prática pelas elites. A república foi um "golpe" perpetrado por membros de uma elite que não comungava mais com o antigo regime.

Referência Bibliográfica

CARVALHO, José Murilo de. A monarquia brasileira. R. J. , ed. Ao livro Técnico. 1993.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. R.J. ed. Cia das Letras. 1987.

CERTEAU, Michel de, A Escrita da História. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

ELSTER, Jon, Peças e engrenagens das ciências sociais. Rio de Janeiro, Editora Relume-Dumará, 1994.

FARGE, Arlete, O sabor do arquivo, tradução Fátima Murad, SP .Editora USP, 2009.

SCHWARCZ, Lilia M., As barbas do imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

MACHADO, Heloisa G., Revista Puc-Minas, De res publica e de república: o significado histórico de um conceito, Caderno de história, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 7-15, out. 1995

LOPEZ, Adriana. MOTA, Carlos G., História do Brasil:uma interpretação. 3ª ed. SP. Editora Senac, 2012.

LYNCH, Christian. Da monarquia à oligarquia. S.P. ed. alameda, 2014.

[9] Jornal O Combate, Recife, dia 10/07/1889. Arquivo Público do Estado de Pernambuco.